PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2019

(Da Sra. Deputada Carmen Zanotto)

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para determinar que as atividades de fisioterapia e de terapia ocupacional serão tributadas exclusivamente na forma do Anexo III da citada Lei Complementar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 5º-M do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.18.....

.....

§ 5º-B.....

XXI - psicologia, psicanálise, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite;

XXII – terapia ocupacional.

.....

§ 5º-M.

I - nos incisos XVIII, XIX e XX do § 5º-B deste artigo;

....." (NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente.

JUSTIFICATIVA

Algumas das modificações promovidas na última revisão da legislação (Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016) vão à contramão do espírito do programa de formalização das empresas e profissionais autônomos.

Nesse sentido destacamos o prejuízo observado na adoção do disposto no inciso I do § 5º-M do art. 18, que estabelece que empresas que desempenham algumas atividades dispostas atualmente no Anexo III somente são tributadas como tal se a relação entre a folha de salários e a receita bruta atingir o percentual de 28% (vinte e oito por cento). Dentre as empresas atingidas pelo inciso encontram-se as empresas de fisioterapia e de terapia ocupacional.

A sujeição dessas empresas a um critério de manutenção de grande número de funcionários não condiz com a realidade dessas profissões, cujo funcionamento depende, na maioria das vezes, da atuação exclusiva do próprio dono da clínica e do amplo uso de equipamentos especializados. Nesse sentido, consideramos que tal modificação irá prejudicar a esperada formalização dos profissionais autônomos dessas especialidades.

Observamos ainda que a Fisioterapia fazia parte do Anexo III do programa desde 2014, quando foi incluída pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, sendo de sobremaneira impactada pela instituição de condicionante baseada no número de profissionais introduzida pela alteração da legislação realizada em outubro de 2016.

Por esse motivo apresentamos este projeto a fim de reverter a difícil situação que se encontram esses profissionais, tão relevantes no atendimento da população brasileira.

Conto com o importante apoio dos nobres pares nessa importante legislação.

Sala das sessões, em de de 2019.

Deputada **Carmen Zanotto**
PPS/SC